

Fania Fridman

Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do CNPq e da Faperj.

Uma Cidade Nova no Rio de Janeiro

A história urbana carioca recebeu inúmeras contribuições dos estudiosos sobre as transformações ocasionadas pela chegada da corte em 1808. Sem pretender uma abordagem exaustiva, a autora procura neste

texto apontar o tema dos programas de intervenção, denominados *urbanismo imperial* e *planejamento dos barões* por expressarem a morfologia deste urbanismo e os ideais da política de gestão do território.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; urbanismo imperial; planejamento dos barões.



The urban history of Rio de Janeiro has received a great number of contributions by scholars interested in the transformations caused by the arrival of the Portuguese court in 1808. Without intending an exhaustive

investigation, in this text the author will be discussing the intervention programs *imperial urbanism* and *barons' planning* since they express the morphology of that urbanism and the ideals of the territorial management policy.

Keywords: Rio de Janeiro; imperial urbanism; barons' planning.

A história urbana carioca recebeu inúmeras contribuições dos estudiosos sobre os melhoramentos implementados com a chegada da corte em 1808 – chafarizes, pontes, abertura de ruas e caminhos, iluminação pública, rede de drenagem,

abastecimento de água; o estabelecimento das Academias Real da Marinha e de Belas Artes, Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Hospital Militar do Rio de Janeiro, Imprensa Régia, Biblioteca Real, Jardim Botânico, Museu de História Natural, Arquivo Militar e da Real Casa das

Obras; o crescimento da população; a instituição da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil¹ e a presença da burocracia influenciando as transformações do cotidiano.

Sem pretender uma abordagem exaustiva, procuro neste texto² apontar o tema dos programas de intervenção, aqui denominados *Urbanismo imperial* e *Planejamento dos barões* e discutidos através dos exemplos da Cidade Nova e da Fazenda de Santa Cruz, por expressarem a morfologia deste urbanismo e os ideais da política de gestão do território. Como a história urbana³ é um fragmento da história, uma narrativa das intervenções públicas no século XIX, além de dedicar-se às formas⁴ e à localização, deve conter também a construção da ordem, manifestação primeira na cidade que deveria fazer-se corte, pois a presença de estrangeiros – os escravos – obrigou o reforço da polícia, isto é, o conjunto de leis e disposições que asseguraram a moralidade e a segurança com o controle mais estreito dos comportamentos públicos e sociais. E, na intenção da nova urbe, a regularidade e a simetria.

Para o espetáculo do espaço do poder, algumas medidas foram tomadas. Logo ao chegar, o príncipe regente⁵ autorizou, afora a Abertura dos Portos, a doação de sesmarias a estrangeiros e o aumento do patrimônio das ordens religiosas, ao dispensá-las das leis de amortização definidas pela política anticlerical pombalina. E ainda, relativa-

mente à questão fundiária, em 1809 foram criados os cargos de juiz e de piloto para medição e demarcação de terras, ocasionando a expulsão dos indígenas que ocupavam os sertões ou as proximidades das vilas e cidades.⁶ Foi assinado com a aliada Inglaterra um Tratado de Amizade e Paz em que também consta um artigo que, assegurando liberdade de religião aos imigrantes, permitiu a vinda de não católicos.

Com a realeza e os estrangeiros chegaram também novos costumes que alteraram o ritmo da cidade, agora reeuropizada, intensificando a aglomeração e provocando a especulação de terrenos e o aumento dos aluguéis. E, como nova capital do mundo português, sediou as instituições decisórias do Estado e a moradia do soberano. Por tradição, desde a fixação das cortes nas cidades-capitais no século XVI, as famílias reais europeias mantinham um palácio urbano e outro no campo.⁷ No entanto, os monarcas portugueses possuíam três moradas: na cidade-corte, na quinta e em um palácio rural.⁸ No Rio de Janeiro, o palácio dos vice-reis tornou-se Paço Real, a chácara recebeu a denominação de Palácio Real da Boa Vista,⁹ e a residência dos jesuítas da Fazenda de Santa Cruz foi transformada em mansão de veraneio.

O ano de 1815 tornou-se um marco com a vinda de franceses atraídos pela nomeação do cônsul-geral encarregado dos negócios. Viajantes, naturalistas, cientistas, cronistas, artistas, comerciantes,

impressores, livreiros, construtores, cabeleireiros, modistas, alfaiates, sapateiros, tipógrafos, professores das mais variadas disciplinas, jornalistas, cortesãs, operários e artesãos aqui vieram tentar a vida.¹⁰ É muito estudada a presença, a partir de 1816, de artistas da “colônia Lebreton”,¹¹ que participaram ativamente da constituição de uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Depois denominada Academia de Belas Artes, tinha o propósito de formar artistas e operários especializados para a indústria e a realização de melhoramentos urbanos e de uma nova arquitetura da cidade,¹² modelada como um cenário e adequada ao pensamento higienista. Este já estaria presente no Rio de Janeiro desde o final do século XVIII, quando foram sugeridos o aterro dos pântanos, a limpeza das imundícies, a correção da direção das ruas e a proibição dos enterramentos nas igrejas.¹³

A CIDADE NOVA E O URBANISMO IMPERIAL

Além da Vala, o limite urbano, iniciava-se o Rossio ou Campo da Cidade, um domínio destinado à serventia pública. Era um descampado com areal e brejos que no século XVII foi arrendado a Francisco Freire da Fonseca para a invernada de gado. Durante o século seguinte, terras foram concedidas para criações, hortas e pomares de pessoas de posse e para a moradia dos mais humildes – os infames e alguns peões.¹⁴ As irmandades de

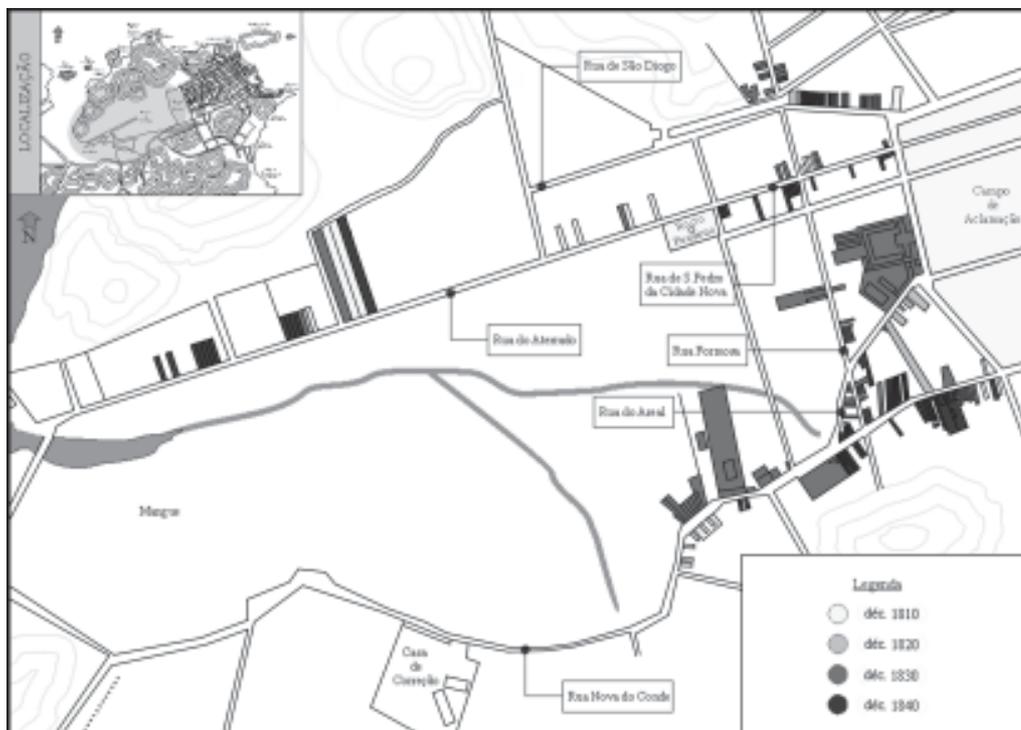
São Domingos, Nossa Senhora da Conceição, Santa Anna, São Elesbão e Santa Efigênia, Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Benedito, Nossa Senhora da Lampadosa, São Crispim e São Cipriano, São Gonçalo Garcia e São Jorge, que congregavam variados ofícios, mulatos, negros cativos e libertos, instalaram suas ermidas naquele espaço longínquo, desassistido de equipamentos coletivos e desprovido de condições de higiene e de habitabilidade. Esta região denunciava as contradições existentes na estrutura socioeconômica da época. Sendo assim, antes mesmo das relações capitalistas e de múltiplos usos superpostos, a cidade colonial já adotava a prática da segregação espacial.¹⁵ Ali, na boca do sertão, passava o caminho de Capueruçu que levava às terras dos jesuítas e, já em 1763, com a finalidade de facilitar as comunicações com o interior, ruas foram abertas na antiga chácara de São Domingos. No final do século XVIII, o vice-rei, conde de Resende, iniciou o dessecamento do Campo seguindo a orientação da metrópole de preparar a resistência do Rio de Janeiro aos ataques dos inimigos. (Ver mapa 1)

A base geográfica em estudo teve o seu tecido urbano cristalizado ao servir como corredor de ligação entre o Palácio Real da Boa Vista, inserido em uma área semirural aristocrática onde a família real portuguesa se instalaria, e o Paço Real. Para o deslocamento da corte abriu-

A**C****E**

se (provavelmente em 1811) uma passagem para as carruagens – o Aterrado ou caminho das Lanternas, posteriormente transformado nas ruas de São Pedro da Cidade Nova e Senador Eusébio. A cidade, com seus terrenos acidentados e montanhas, era considerada *pitoresca*,¹⁶ no entanto, os pântanos e a presença de escravos causavam mal-estar aos europeus. Os que compunham as elites¹⁷ – alguns ingleses, franceses e ricos mercadores de escravos – residiam nas chácaras localizadas nos arredores. Para poder alcançá-las com maior facilidade, o governo quis extinguir os focos de infecção atmosférica dos brejos, aproveitando para aformosear a cidade cedendo terrenos a particulares que se compro-

metessem a secá-los e construíssem prédios a partir de uma planta com ruas demarcadas e a praça delimitada.¹⁸ Parcelas e terrenos foram aforados com a obrigação de edificarem-se casas a partir do decreto real de 26 de abril de 1811, que isentou por 11 anos o pagamento da décima urbana¹⁹ aos sobrados ou àquelas construções com cinco ou mais portas e janelas. Com os charcos dessecados, a edificação de solares e a estruturação da nova sede política abrigo das repartições governamentais, o entorno do Campo de Santana tornou-se nobre, modificando-se sua composição socioeconômica e consolidando-se a ocupação da região, que passou a denominar-se Cidade Nova.



Mapa 1 – Chácaras do antigo Rossio no Mangue da Cidade Nova no início do século XIX (s/escala)

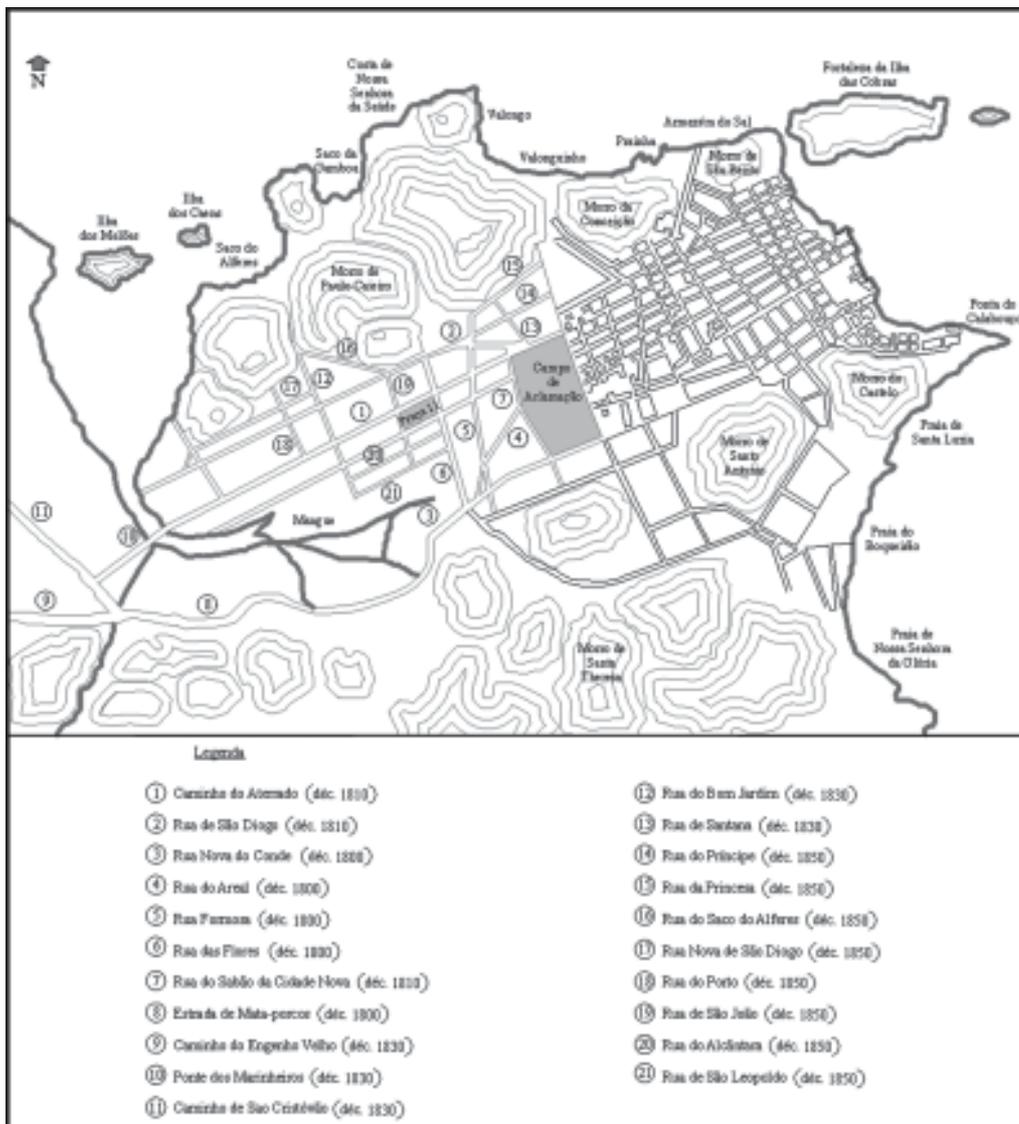
A

C

E

mou a 'nova cidade' em 'imperial'".²² Resalte-se que, já nos anos 1820, o entorno do Campo da Aclamação já indicava sinais de adensamento, abrigando nobres, comerciantes portugueses e militares. No entanto, persistiam as antigas chácaras do início do oitocentos e os terrenos alagadiços ainda não tinham sido completamente aterrados.

A contar da terceira década do século XIX, o Rio de Janeiro dispunha de posturas relativas à salubridade. O discurso higienista chamava atenção para os problemas de ordem sanitária nas terras ao longo dos braços do Mangal de São Diogo, nos arredores do Rosário Pequeno e no antigo caminho de Mata-Porcos, onde, juntamente com os quarteirões



Mapa 3 – Logradouros abertos na Cidade Nova na primeira metade do século XIX (s/escala)

próximos ao Campo, surgiam as primeiras habitações coletivas. Relembrando ainda Gilberto Freyre, com os sobrados diminuindo as senzalas, aumentaram os casebres e mucambos nas partes *sujas* da cidade, onde não haviam chegado as obras de aterro e drenagem, que tornaram-se uma barreira à valorização dos imóveis e um empecilho à permanência da classe abastada, ameaçada por esta vizinhança. Visando à melhoria das condições de salubridade, houve um decreto, em 1835, relativo à demarcação de um canal e de caminhos, e, três anos passados, as posturas municipais referiam-se à obrigatoriedade do alinhamento das ruas, cuja largura não deveria ser inferior a sessenta palmos (13,20 metros), e do desenho de quadrados perfeitos para praças e largos.²⁵ Assim, no período imperial, o sistema em xadrez foi estendido quando cordearam-se ruas e executou-se com forma regular a praça São Salvador, no Rossio Pequeno. Um sinal claro de que esta área foi integrada ao espaço urbano aparece com a criação das freguesias de Santana (1814) e de Sacramento (1826).²⁴ (Ver mapa 3)

A FAZENDA DE SANTA CRUZ E O PLANEJAMENTO DOS BARÕES

A “joia da capitania” teve origem em 1589, com a doação de metade da sesmaria de Guaratiba pela viúva do primeiro ouvidor-mor do Rio de Janeiro aos jesuítas, que, através da permuta de terras em Bertioaga e de várias aquisições, acumularam cinquenta léguas.²⁵ A fazenda possuía dois quadros: o primeiro, da faixa litorânea até

o alto da serra, era dividido em arrendamentos; e o segundo, considerado pelos clérigos como reserva “de admirável qualidade, fertilíssima”, chegava ao vale do rio Paraíba do Sul. Já antes da expulsão dos eclesiásticos em 1759, quando grande parte do primeiro quadro foi incorporada aos bens da coroa com a denominação de Fazenda Real de Santa Cruz, verifica-se a transferência de parcelas de terras do segundo quadro aos “amigos do rei”. (Ver mapa 4)

Desde meados do século XVIII e início do século XIX, a metrópole “interiorizou-se” com o povoamento facultado pela abertura de caminhos, pela dificuldade de resistência da população indígena e pela criação de vilas. No caso fluminense, a conquista da terra cobria todo o território, não se limitando a algumas áreas. No caso em questão, para estimular a construção e a manutenção do “caminho novo da freguesia de Nossa Senhora da Piedade até a Fazenda de Santa Cruz”,²⁶ foram distribuídas sesmarias ao longo da carreira. Assinale-se a mudança na composição das classes sociais entre os foreiros com a privatização de porções da Fazenda através de concessões, da usurpação das terras indígenas e da invasão de áreas em comisso.²⁷

À política de privatização somou-se a venda dos engenhos de Itaguaí e Piaí, acompanhada ainda por um conjunto de medidas referentes à demarcação de seus limites, à abertura de estradas e à permissão da entrada de colonos e arrendatários, submetidos às feitorias de Bom Jardim, Santarém e Peri-Peri.²⁸ Procedimentos importantes foram a

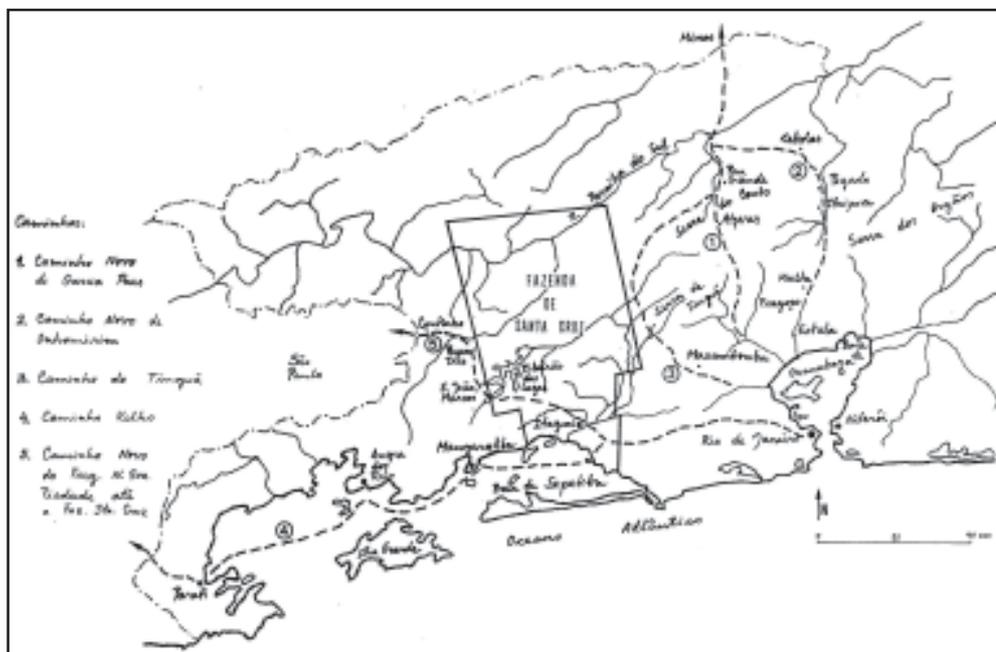
subordinação da Fazenda à Mordomia da Casa Real depois da vinda de d. João e, ainda no sentido do parcelamento e da privatização das terras, a carta régia promulgada em julho de 1813, que tornou perpétuos os aforamentos e delimitou uma área de 78 hectares em Sepetiba para o estabelecimento de uma povoação.²⁹

A VILEGIATURA

Para Camargo,³⁰ a chegada da corte ao Brasil também modificou os costumes ao trazer a recreação da aristocracia – os jogos e o veraneio nos arrabaldes ou bosques afastados do burburinho. A vilegiatura, cuja origem está na busca de um “território purificador da alma”, que a Renascença recuperou da antiga Roma através da construção de mansões de verão

nas *villas* de recreio ao redor das cidades, ganhou uma versão refinada com as viagens contemplativas de contato com a natureza, quando da deterioração da qualidade de vida a partir da urbanização nos séculos XVIII³¹ e XIX. Na idealização da vida rural, a vilegiatura realizou os subúrbios – arredores, florestas e aldeias – e os ricos, sem sair da urbe, encontraram o campo, revelando uma nova atitude mental e estética.³² Caberia acrescentar ainda as campanhas médicas, devedoras do pensamento higienista, que incentivaram na Europa a criação das cidades balneárias junto às fontes termais.

Santa Cruz tornou-se local de veraneio de d. João,³³ e, com isso, a residência jesuítica foi reformada para servir de palácio. Em



Mapa 4 – Real Fazenda de Santa Cruz e caminhos para as Minas Gerais no século XVIII

decorrência da presença do monarca, também se instalaram em posses de caráter urbano membros do governo e os mais ricos da sociedade da época, além de fornecedores de munição, bebidas, coches e animais de montaria. A Estrada Real de Santa Cruz sofreu melhoramentos, e ao longo do percurso cresceram os povoados com residências e vendas de varanda – casas de comércio com hospedarias.

Na superintendência exercida pelo visconde do Rio Seco,³⁴ foi elaborado um plano de remodelação do conjunto do Paço, aprovado em 1817, que permitiu a abertura de vias, alinhamento dos lotes e normas

de edificação das casas. É possível, portanto, fazer referência a uma área central da povoação, onde foram edificados belos sobrados, sendo o mais famoso aquele do conde dos Arcos. Na rua do Comércio encontravam-se bancas de ferradores, carpinteiros e pedreiros, padaria e um hotel. Para o transporte de passageiros, passou a funcionar um serviço de diligências entre os Palácios de Boa Vista e de Santa Cruz e, para o embarque e desembarque de mercadorias, edificou-se o cais da Praça do Comércio no canal do Itá, de onde partiam o late Real e o Caique de Bom Sucesso em direção à praia do Caju. A ocupação levou o inspetor superintendente a



Mapa 5 – Planta do povoado da Imperial Fazenda de Santa Cruz

declarar: “A fazenda de Santa Cruz não se pode considerar uma simples fazenda, mas uma povoação.” Já havia uma clara distinção entre cidade e campo, conforme a classificação das terras para efeito dos aforamentos fixados em nove anos: a quadra urbana, nos limites da área do Paço, pertencia à primeira classe e era a mais valorizada; a quadra suburbana correspondia à segunda; e as terras rurais dedicadas à “lavoura grossa” ou os terrenos “de largueza” eram considerados de terceira classe.³⁵ (Ver mapa 5)

OS NÚCLEOS DE COLONIZAÇÃO E AS MANUFATURAS

Uma outra inovação implementada na Fazenda foi a vinda de imigrantes estrangeiros, dando início no país ao processo de transição do modelo agrário baseado na mão de obra escrava para um novo regime com homens livres e assalariados. Estava inserida nesta proposta a perspectiva de facilitar a miscigenação do povo. Muitos autores referem-se como primeiras experiências aos núcleos coloniais de Leopoldina em Vila Viçosa (1818) e de São Jorge dos Ilhéus (1822), ambos na Bahia e compostos por hanoverianos, e à colônia de Nova Friburgo (1819), formada no Rio de Janeiro por suíços católicos. Gostaria de apontar três experiências anteriores com estrangeiros na Fazenda de Santa Cruz, que, por este motivo, pode ser considerada como um laboratório: a colônia dos chineses de Macau, que chegaram em 1815 para a criação

do bicho da seda e o plantio de chá; no mesmo ano, 145 espanhóis formaram a Aldeia dos Espanhóis e foram empregados no curtume e na olaria; e, em 1817, chegaram os portugueses do Minho para trabalharem na agricultura.

Santa Cruz também foi um local de experimentações manufatureiras após a revogação do ato que proibia a indústria no Brasil. Cito a Real Fábrica de Santo Agostinho, de lanifícios, fundada entre 1807 e 1813, a Fábrica de Fiação do Leme estabelecida em 1820, as fábricas de artigos de couro com os curtidores vindos com a colônia francesa, a serralheria, a carvoaria e a olaria. O comandante da esquadra inglesa que protegia o soberano recebeu a sesmaria de Icarai, onde plantou linho e criou manufaturas de queijo e manteiga. Tais práticas ocorreram em terras próprias nacionais, públicas, mas com capitais e lucros privados.³⁶

Acompanharam-se aqui as novas espacialidades originadas pelo *urbanismo imperial* e pelo *planejamento dos barões*. O primeiro consolidou uma Cidade Nova regular e o segundo criou uma nova povoação articulada ao desenvolvimento econômico, derivado das experimentações tanto dos núcleos coloniais como das manufaturas, e simultâneo à expulsão de nativos e de antigos foreiros. Pôde ser verificada nos dois processos a mudança na composição social dos ocupantes, assim como o surgimento de novos agentes na cena territorial que concen-

traram (ou reconcentraram) parcelas fundiárias através da concessão e da privatização de terras públicas.

Para finalizar, recupero três autores – Mumford, Benevolo e Giddens. Com Mumford³⁷ aprendemos que o capital cresceu mais que a cidade existente, e as instalações urbanas coloniais somente em parte puderam ser modificadas. Se para Benevolo³⁸ o Estado ajudou o capitalismo florescente – que é técnica mais vigilância – com os ordenamentos legais, tais normas, herdeiras do Iluminismo com a

sua representação geométrica do universo, afirmaram a propriedade privada ocasionando profundos impactos no povoamento e na urbanização. A análise deve ser complementada por Giddens³⁹ dizendo que a cidade não se espalha. Está em causa uma nova, pois o urbanismo e o planejamento possuem princípios completamente diferentes dos que estabeleceram a cidade pré-moderna.

A autora utilizou fontes primárias (manuscritas e cartográficas) do AQCRJ, BN, AHEx e INCRA.⁴⁰

1. À Intendência Geral da Polícia, assemelhada à *Lieutenance Générale de Police de Paris*, cabia, entre outras funções, aprovar arruamentos, conservar estradas, fontes e chafarizes; arborizar praças; fiscalizar as edificações, transportes, limpeza das ruas, teatros e estalagens; reprimir a mendicância e amparar indigentes; expedir passaportes e zelar pelos serviços de colonização. Entre as primeiras atuações, devedoras das novas concepções, estão o abastecimento de água potável, a proibição do uso das rôtulas e gelosias de madeira e a repressão política. “Assim, policial implicava garantir que a cidade proporcionasse um abrigo pacífico de lealdade política em meio ao tumulto da Europa napoleônica e da América espanhola insurgente.” SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 156.
2. Este trabalho é parte da pesquisa “Espaço e plano: capítulos da urbanização fluminense”, vinculada ao Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (Gesthu/Ippur/UFRJ). Agradeço a Luciana Alem Gennari pelo tratamento dos mapas inéditos 1, 2 e 3 (retirados de PINTO, Fernanda Mousse. *A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro*: agentes, personagens e planos. Dissertação de (Mestrado em urbanismo) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007), a Valter Luiz de Macedo pela elaboração dos mapas 4 e 5 e a Ana Paula Pinto Pinheiro pelo levantamento cartográfico junto à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Histórico do Exército.
3. Tal como proposto pela geo-história da Escola dos Annales, a cidade é palimpsesto na longa duração. Lugar de grupos e construção social, apresenta uma dimensão morfológica, funcional, histórica, espacial e simbólica.
4. “As formas dizem sempre mais do que aparentam” (SERLIO apud ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998, p. 45).

5. A propósito da política joanina, segue um comentário saboroso do jornal *Correio Brasiliense* sobre três dos ministros: “Três relógios desarranjados eram os que regiam os destinos do Brasil: um (o conde Linhares) que vivia extraordinariamente adiantado; outro (o marquês de Aguiar) que cada dia ia mais atrasado; e o terceiro (o conde de Anadia) que havia parado”. (Apud GUIMARÃES, A. C. D’Araújo. *A corte no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p. 45).
6. LEONZO, Nanci. A propriedade. In: NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (coord.). *O Império luso-brasileiro: 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
7. MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.
8. CAVALCANTI, Nireu. *Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.
9. Elias Antônio Lopes, negociante, fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo, vendeu a propriedade, que fizera parte de uma gleba confiscada aos jesuítas, por 21:929\$000. Em 1816 o edifício foi reformado por um arquiteto inglês. EDMUNDO, Luiz. *A corte de d. João no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940-1942, 3 v.
10. RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.
11. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Schwarcz aponta 17 navios partindo do Havre para o Brasil, em 1816, com negociantes de tapetes, capitalistas, artesãos, joalheiros, fabricantes de armas e de selas, alfaiates, curiosos, cientistas, literatos, religiosos e artistas.
12. Além de projetos urbanísticos, a alfândega, escolas, manicômios, praças, hospitais e alguns palacetes foram erguidos em um estilo que pode ser interpretado como um neoclassicismo abasileirado.
13. VIEIRA DA SILVA, Manoel. Sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro. In: VIEIRA DA SILVA, Manoel; PEIXOTO, Domingos Ribeiro dos Guimarães. *A saúde pública no Rio de dom João*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2008.
14. Os moradores da cidade dividiam-se em três classes: a nobreza da terra, os peões ou plebeus e os infames. Os peões eram os oficiais mecânicos, artesãos, pequenos comerciantes, mercadores e tratantes, e os médicos e enfermeiras dos hospitais mantidos pelos religiosos. Como infames designavam-se os criminosos, desterrados, judeus, cristãos novos, mouros, excomungados, ciganos, índios e negros – escravos ou livres. Em Portugal os infames não podiam viver no núcleo urbano nem exercer cargo público.
15. FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Garamond, 1999. Tal separação incluía os ciganos que, banidos de Portugal no século XVII, instalaram-se em uma parte do despovoado Rossio, no local depois conhecido por rua dos Ciganos, nas imediações do Campo de Santana.
16. Na cultura ocidental do setecentos, enquanto ainda se procurava o eterno, mas também as leis comuns ao objeto e ao sujeito que observava, as elites estetizaram a relação com a natureza quando o lugar de fruição coletiva começou a emergir como necessidade social. Os artistas, poetas, jardineiros e viajantes viam como *pitorescas* a paisagem natural ou a natureza dominada, revelando uma nova sensibilidade e uma questão técnica de mudança do meio ambiente para as novas regras de civilidade e de conduta, isto é, “mentes sadias em corpos sãos” (FRIDMAN, Fania. Prefácio. In: TERRA, Carlos; ANDRADE, Rubens (orgs.). *Paisagens culturais: contrastes sul-americanos*. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/UFRJ, 2008).
17. O príncipe criou a ordem da Torre e Espada, recebida por muitos daqueles que o tinham acompanhado. Desde 1818, d. Pedro, através da concessão de títulos nobiliárquicos, originou uma nova elite constituída pelos cafeicultores “aristocratas da cidade”. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2003.
18. CARVALHO, Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.
19. Esse imposto, implementado em junho de 1809, que incidia sobre o valor dos imóveis e era cobrado apenas no município da corte, foi estendido em seguida às cidades, vilas e lugares situados à beira-mar. Para o seu recolhimento havia uma junta composta de um superintendente, dois homens bons, um nobre e outro do povo, dois carpinteiros, um

pedreiro e um fiscal “que será advogado”. Ainda em 1809 foi instituída a sisa, um imposto de transmissão, além de fixado o foro para as novas concessões na cidade em 5% do valor dos terrenos.

20. FREYRE, Gilberto, op. cit.
21. Grandjean de Montigny envolveu-se em vários programas de intervenção para aquela faixa, como o projeto de uma praça de touros e um grande anfiteatro para a aclamação de d. João VI e a comemoração do casamento de d. Pedro com a princesa Leopoldina. Sugeriu ainda o cercamento do Campo da Aclamação, a retificação do Caminho das Lanternas para chegar ao mar e a abertura de uma avenida, denominada Imperial tal como aquela existente em Paris, entre os largos do Rossio e da Ajuda, e que implicaria no arrasamento do morro de Santo Antônio. FRIDMAN, Fania. *Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
22. SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 194.
23. MENDONÇA, Valdemar. Três datas históricas do urbanismo carioca. *Revista da Directoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, v. 5, set. 1936.
24. Em 1845, o diretor das Obras Municipais, engenheiro militar Henrique de Beaupaire Rohan, entregou à Câmara um relatório com vistas à remodelação do Rio de Janeiro. O trabalho se dividia em duas partes: a primeira, relativa às obras que interessavam à salubridade pública; e a segunda, que incluía projetos de aformoseamento, indicava os melhoramentos mais urgentes, sobretudo os referentes às vias públicas de comunicação. Para o mangue da Cidade Nova, propunha extinguir “este foco de miasmas” com o restabelecimento de um antigo plano de ali se abrir um canal de navegação da Bica dos Marinheiros até o Rossio Pequeno. O plano, não realizado, sugeria ainda o prolongamento de ruas, a regularidade da malha viária e a adoção de grandes eixos de comunicação entre a cidade velha e a nova, revelando um projeto de organização formal além da aplicação de técnicas avançadas de engenharia para resolução de questões de salubridade. No entanto, com o surgimento dos loteadores, os novos agentes na estrutura fundiária, o solo foi parcelado em frações estreitas e profundas, sem ordenamento na implantação das edificações no interior dos terrenos, não favorecendo a salubridade da região. Também, até meados dos anos 1840, foram constantes os conflitos fundiários entre foreiros. PINTO, Fernanda Mousse, op. cit.
25. Que corresponderiam ao atual bairro de Santa Cruz e a parte de dez municípios fluminenses: Itaguaí, Barra do Pirai, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Paulo de Frontin, Pirai, Rio Claro, Vassouras e Volta Redonda.
26. Aberto com o objetivo de ser evitada a travessia por mar entre a ilha da Pescaria (pertencente à Fazenda de Santa Cruz) e Paraty, por conta da presença de piratas na baía de Sepetiba.
27. Miguel Angelo Fagundes e França estava de posse, desde 1793, da sesmaria Chanceler França. A de Palmas fora concedida a Antônio Ferreira da Rocha, a de Vassouras e Rio Bonito a Francisco Rodrigues Alves e Luís Homem de Azevedo e a do Oratório a José Bento de Araújo. Assinalo as terras de Francisco Carneiro de O. Raldes, Manoel de Araújo Gomes, dos Gonçalves de Moraes, dos Sepeda, de Matias Pimenta Teles, dos Feijó, Antônio Estevão de Magalhães Pusso, do juiz de Sesmarias José Ignácio de Figueiredo, de José Lourenço dos Santos, Manoel Carneiro de Souza, Manoel Coelho Sobreira, dos Sousa Breves, Francisco Pernes Lisboa e a dos Pinto de Miranda, concedidas no último quartel do século XVIII. Com relação à ocupação da margem esquerda do rio Paraíba do Sul, esta ocorreu através da apropriação das terras dos índios coroados, repelidos através das armas e aldeados nas proximidades do rio Preto. Nesta região a maior parte das terras ficou nas mãos das famílias Faro, Gonçalves de Moraes e Thomaz da Silva.
28. A feitoria de Bom Jardim era gerida por Pedro Dias Paes Leme, o marquês de São João Marcos; a de Santarém tornou-se importante lavoura de café, com seus milhares de pés, e na feitoria de Peri-Peri, após o aniquilamento do quilombo Valão da Areia, ocorrido logo após a expulsão dos eclesiásticos, foi construída uma fábrica de farinha, adquirida pelo coronel Ignácio de Andrade Souto Maior Rondon, o comandante-geral das Milícias do Litoral e proprietário da fazenda do Mato Alto, em Guaratiba.
29. A fundação deste povoado relacionava-se à política de controle do tráfico negreiro e do contrabando na ilha da Pescaria e nas costas vizinhas, além de facilitar a comunicação entre a Ilha Grande, Paraty e a cidade do Rio de Janeiro. Os terrenos foram divididos entre os moradores que não pagariam o foro.

30. CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2007.
31. Mesmo antes, desde 1682, quando os soberanos franceses preferiram residir fora ou em oposição a Paris.
32. “Nessas circunstâncias, é possível entender melhor o que significa o ‘passeio pelos arredores’ do caminhante desejoso de coletar impressões da paisagem do Rio de Janeiro” BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emilio Odebrecht, 1994, v. 3, p. 21.
33. Havia outros locais de veraneio real: a propriedade dos padres bentos na atual Ilha do Governador e a vila da Praia Grande, hoje Niterói.
34. Joaquim José de Azevedo, o marquês de Jundiá, emprestou dinheiro à Casa Real e financiou as despesas para o retorno de d. João VI a Portugal. Morava no Rio Comprido e possuía palacetes no largo do Rossio e em Paquetá.
35. FRIDMAN, Fania. De chão religioso à terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, ago-dez. 2001; v. 16, n. 1, jan-jul. 2002.
36. A incorporação da Fazenda de Santa Cruz ao patrimônio nacional, usufruto legado à Casa Imperial do Brasil pela Constituição do Império de 1824, exigiu uma medição cujo tomo foi furtado em 1825. Em 1827, quando da nova demarcação, 224 cafeicultores proprietários de 7.681 escravos, sentindo-se prejudicados pela definição dos limites que incluía suas terras, formularam uma representação à Assembleia Geral. O resultado foi um decreto de 1830 que legalizou as suas terras. Como já observado anteriormente, muitas destas propriedades já teriam sido legalizadas pela carta régia de 1813.
37. MUMFORD, Lewis, op. cit.
38. BENEVOLO, Leonardo. *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
39. GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
40. Nota do editor:

Manuscritas

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) - Manuscritos de aforamentos, códices 3-1-96; 3-1-94; 3-1-95; 3-1-48; 4-2-18; 4-1-59; 5-2-69; 5-1-17; 1-4-32; 1-4-33; 3-2-65; 2-4-20; 1-4-35; 3-1-68; 1-2-69; 2-1-10; 3-1-11; 5-1-23; 5-1-22; 3-2-74; 3-1-69; 3-1-48; 4-1-30; 4-2-36; 4-2-34; 4-2-35; 4-2-37; 4-2-38; 4-1-30; 3-1-48; 4-1-35; 3-1-95; 4-2-18; 4-1-37; 3-1-100; 1-4-31; 3-2-65; 2-1-7; 2-1-4; 3-1-96; 4-1-36; 4-1-28; 1-2-49; 3-1-90; 3-1-90; 3-1-90; 3-1-92; 3-1-46; 1-2-34; 1-4-36; 1-4-37; 3-1-51; 2-1-11; 3-2-20; 4-1-36; 3-1-29; 2-2-61.

Cartográficas

Biblioteca Nacional (BN) - Plan of the city of Rio de Janeiro 1866 (Edward Gotto) arc 026, 02, 001.

Arquivo Histórico do Exército (AHEx) - Planta Topográfica de parte da Imperial Fazenda de Santa Cruz (s.d.) 15.05.3275; Planta Corográfica de uma parte da Província do Rio de Janeiro na qual se inclui a Imperial Fazenda de Santa Cruz e suas medições (1848) 04.05.813; Mapa Topográfico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro a Real Casa de Santa Cruz (1812) 04.03.746; Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e da Imperial Quinta de São Cristovão (1826) 04.05.840/GB 025.M5.G1.C10; Carta Topográfica da Real Fazenda de Santa Cruz (s.d.) GB 002.M7.G5.F4.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Planta Cartográfica da FNCS executada pela Comissão Fundadora do NCSC em cumprimento ao Decreto 24.606 de 6 de julho de 1934.